

Lula veta integralmente a desoneração da folha

Lula veta desoneração da folha; Congresso e empresários reagem

Medida aliviaria tributos para 17 setores; tendência é que deputados e senadores derrubem decisão

Julio Wizlack

BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou na íntegra a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. A decisão representa uma vitória do ministro Fernando Haddad (Fizenda).

A medida, antecipada pela coluna Painel S.A., levou a reações entre congressistas. Em resposta, deputados e senadores tendem a derrubar o veto de Lula.

Empresários afirmam temer pelo aumento do desemprego. Economistas elogiam a decisão do presidente em razão do impacto do benefício fiscal para as contas públicas.

A proposta, de iniciativa do Congresso, foi aprovada pelo plenário do Senado no fim de outubro após passar pela Câmara. O governo tinha até esta quinta-feira (23) para tomar uma decisão, que foi totalmente contrária ao texto.

Até a noite desta quinta-feira, a expectativa era de publicação do veto integral com as justificativas em Diário Oficial da União até esta sexta-feira (24).

De acordo com pessoas que participaram da última reunião sobre o tema no Palácio do Planalto, Lula aderiu aos argumentos de Haddad em defesa do caixa da União para o cumprimento da meta fiscal de 2024.

A desoneração custa R\$ 9,4 bilhões ao ano. Além disso, deputados e senadores estimaram o benefício para prefeituras, reduzindo a contribuição previdenciária de municípios.

O ministro conseguiu convencer o governo a perseguir o déficit zero, mas tem encontrado dificuldades em aprovar medidas para elevar a arrecadação. Mais dinheiro é fundamental para atingir o objetivo.

Na visão do Ministério da Fazenda, a desoneração da folha de pagamento iria na contramão da tarefa, ao reduzir receitas federais. Até o ano passado, as desonerações retiraram cerca de R\$ 14,6 bilhões aos cofres públicos.

Por outro lado, congressistas afirmam que a medida gerou alívio para as empresas e rendeu R\$ 10 bilhões em arrecadação, considerando o acréscimo de mais de 62 mil empregos nos setores contemplados.

Juridicamente, o Ministério da Fazenda argumenta que a prorrogação seria inconstitucional porque, desde a reforma da Previdência, seria vedado adotar medidas para reduzir a arrecadação para aposentadorias.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante cerimônia nesta quinta-feira (23) no Palácio do Planalto. Foto: Leticia/Valderypes

Como é que vai ficar o déficit da Previdência? Então, é uma questão de razoabilidade. Não estou pedindo nada que não seja razoável. E estou me colocando à disposição, também", disse Haddad sobre a proposta em agosto.

Na quarta-feira (22), o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a decisão seria tomada com base em "na constitucionalidade".

"Durante toda a tramitação os líderes [do governo] foram claros em dizer que governo analisaria questões constitucionais", disse.

O Palácio do Planalto, no entanto, resistiu à ideia do veto por causa do desgaste político e do possível impacto para as empresas.

A proposta aprovada pelo Congresso permite que os setores desonerados paguem alíquotas de 76% a 51% sobre a receita bruta, em vez de 20% de contribuição sobre a folha de salários para a Previdência.

Para buscar compensação à prorrogação da desoneração, o projeto também estende pe-

lo mesmo período, o aumento de 1% na alíquota da Cofins-Importação. Pela lei atual, a regra valerá até dezembro.

No caso dos municípios, o texto reduz de 20% para 8% a contribuição ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) das prefeituras que não têm regimes próprios de Previdência. A regra vale para cidades com até 12,6 mil habitantes.

A desoneração da folha começou por meio de MP (medida provisória) do governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações e ampliações.

Os 17 segmentos contemplados pelo projeto da desoneração da folha são calçados, call center, comunicações, confecção e vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de ve-

ículos e carrocerias, máquinas e equipamentos, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicações, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Dilma chegou a chamar a medida de equívoco, após o impeachment. Diferentes ministros da área econômica se posicionaram de forma contrária à desoneração.

A proposta chegou a ser classificada como "uma droga" na gestão Michel Temer (MDB). Paulo Guedes, ministro da Economia na Presidência de Bolsonaro, também era contrário à medida.

De acordo com integrantes do Planalto, o governo já foi avisado por parlamentares

de que a decisão de Lula será derrubada — se possível, já na próxima sessão de Congresso.

Orelator da proposta no Senado, Angelo Coronel (PSB-BA), afirmou que vai atuar pela derrubada.

"Da mesma maneira que o presidente da República tem o direito de vetar qualquer projeto aprovado no Congresso, o Congresso também tem o direito de derrubar esse veto. É o que nós vamos trabalhar para acontecer", disse.

"Porque são 17 segmentos da economia, que geram 9 milhões de empregos, que ficaram prejudicados. Bem como 5.000 prefeituras que estão à beira da falência", afirmou Angelo Coronel.

O senador Efraim Filho (União Brasil-PE), autor da proposta, lamentou a decisão e a chamou de incompreensível. "Vamos, a partir de amanhã [esta sexta], já começar a trabalhar a derrubada do veto para que possamos não deixar o Natal com muita preocupação para quem trabalha e empreende no Brasil", disse.

“Vamos, a partir de amanhã [esta sexta], já começar a trabalhar a derrubada do veto para que possamos não deixar o Natal com muita preocupação para quem trabalha e empreende”

Efraim Filho (União Brasil-PE) senador, autor da proposta

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13